



ALEXANDRIA

ALEXANDRIA

Revista de Educação em Ciência e Tecnologia

Análise do Discurso de uma Publicação ‘Antivacina’ no YouTube e Algumas Reflexões para a Educação em Ciências

Discourse Analysis of an Antivaccine Publication on YouTube and Some Reflections for Science Education

Leonardo Wilezelek Soares de Melo^a; Fabiele Cristiane Dias Broietti^b; Rosana Figueiredo Salvi^c

^a Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil – leonardowdemelo@gmail

^b Departamento de Química, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil – fabieledias@uel.br

^c Departamento de Geociências, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil – ro06salvi@gmail.com

Palavras-chave:

Teorias da conspiração antivacina. Pensamento crítico. Análise do discurso. Educação em ciências. Questões controversias.

Resumo: O objetivo deste artigo foi apresentar uma pesquisa que analisou o discurso em uma publicação ‘antivacina’ no YouTube. O estudo se pautou na seguinte questão de investigação: que relações podem ser evidenciadas entre um discurso ‘antivacina’ e disposições de pensamento crítico? A análise discursiva foi encaminhada conforme Maingueneau, e algumas contribuições sobre pensamento crítico foram consideradas. As perspectivas de Paul Feyerabend e Bruno Latour foram assumidas para justificar um posicionamento simétrico frente ao discurso analisado. Como resultados identificamos a relutância de teóricos da conspiração frente a evidências e informações científicas, a demarcada oposição aos conhecimentos científicos e o caráter ideológico desses discursos. Teorias conspiratórias parecem fazer parte de um sistema cultural e psicossocial complexo, não exclusivamente relacionado às disposições de pensamento. Consideramos que esta pesquisa pode contribuir para as discussões referentes à investigação de teorias conspiratórias e para tornar esse um foco de pesquisa frutífero para a Educação em Ciências.

Keywords:

Antivaccine conspiracy theories. Critical thinking. Discourse analysis. Science education. Controversy issues.

Abstract: The purpose of this article was to present a research that analyzed the discourse in an 'anti-vaccine' publication on YouTube. The study was based on the following question: what kind of relationships can be evidenced between an 'anti-vaccine' discourse and critical thinking dispositions? Discursive analysis was carried out according to Maingueneau, and some contributions on critical thinking concept were considered. The perspectives of Paul Feyerabend and Bruno Latour were taken to justify a symmetrical position regarding the analyzed discourse. As a result, we identified the reluctance of conspiracy theorists towards scientific evidence and information, the marked opposition to scientific knowledge and the ideological character of these discourses. Conspiracy theories seem to be part of a complex cultural and psychosocial system, not exclusively associated to thought dispositions. We believe that this research can contribute to discussions regarding the investigation of conspiracy theories and to make this a fruitful research focus for Science Education.



Esta obra foi licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Introdução

Uma corriqueira busca em portais de notícias ou uma célere folheada pelos jornais são suficientes para que se possa deparar com notícias envolvendo desconfiança e negação, de parte da população, com diversas contribuições científicas e tecnológicas, outrora quase incontestáveis. Tais desconfianças, com frequência qualificadas como “crenças injustificáveis” (FASCE; PICÓ, 2019, p. 109, tradução nossa), estão relacionadas a supostas demandas por pensamento crítico e domínio de conhecimentos científicos, como apontado por Browne et al (2015).

Um desses modos de negação da Ciência é um fenômeno social denominado Teorias da Conspiração. Essas narrativas abrangem suspeitas com relação a certas instituições ou coletivos, quase sempre acusados de serem poderosos e malévolos, e se caracterizam por buscar explicações para eventos de grande impacto social, como discutido por Goertzel (1994). Embora haja tentativas de repressão de tais discursos, com a prerrogativa de diminuir sua incidência, ao que parece, e apesar desses esforços, conspirações têm ganhado força discursiva com o advento das mídias digitais e redes sociais.

Uma das vertentes desse tipo de narrativa tem relação com os posicionamentos de negação das vacinas. Essas narrativas ‘antivacina’ costumam se fundamentar no “argumento de que grandes empresas farmacêuticas e governos estão encobrendo informações sobre vacinas para atingir seus próprios objetivos sinistros” (JOLLEY; DOUGLAS, 2014, p. 01, tradução nossa). Mais do que uma crença bizarra, pesquisas e notícias têm apontado para significativas correlações entre essas teorias conspiratórias e as intenções de vacinação.

Para melhor exemplificar, dentre os fatores associados a recente queda da imunização infantil no Brasil não está descartada a influência de notícias falsas e boatos, circulando em redes sociais, questionando e desacreditando as vacinas. Esses boatos ganharam espaço desde um episódio datado de 1998, em que o cirurgião Andrew Wakefield publicou um controverso estudo na Revista Lancet associando a vacina tríplice viral ao autismo. Após o caso, foi verificado que Wakefield mantinha relações com uma empresa rival de produção de vacinas, e o médico teve sua licença cassada. Apesar disso, seu estudo passou a servir de argumento para movimentos ‘antivacina’ ao redor do mundo e seus efeitos ainda podem ser acompanhados (ZORZETTO, 2018).

Esse panorama controverso, por si só, já seria o suficiente para que o cerceamento imediato desse tipo de discurso pudesse ser defendido, considerando a credibilidade e a efetividade dos programas de vacinação na erradicação de doenças, e de uma estabelecida cultura de vacinação no país (HOCHMAN, 2011).

Contudo, e considerando esse cenário, mas se orientando para além da coação de discursos ‘antivacina’, o objetivo desta investigação visou analisar uma publicação

audiovisual produzida por um confesso negacionista das vacinas. Em termos mais específicos, o intuito foi discutir sobre possíveis implicações da associação de discursos ‘antivacina’ a lacunas por pensamento crítico, tomando-o como um dos motes da alfabetização científica¹. Em suma, propomos como questão de investigação: que relações podem ser evidenciadas entre um discurso ‘antivacina’ e disposições de pensamento crítico?

Como alicerces metodológicos, foram tomados os fundamentos da análise do discurso, segundo Maingueneau (2005). Em referência à noção de pensamento crítico, bem como suas interações com a área educacional, foram consideradas as contribuições teóricas de Robert Ennis (ENNIS, 1991; ENNIS, 1996), além de Tenreiro-Vieira e Vieira (2014), Sousa e Vieira (2018). Como suportes teóricos, foram destacadas as discussões propostas por Wood, Douglas e Sutton (2012), Swami et al. (2014), Browne et al. (2015), Lantian et al. (2017), Fasce e Picó (2019) e outros autores convergentes, atreladas às possibilidades de associação entre: conhecimentos científicos; disposições de pensamento; e crenças conspiratórias.

Para dar seguimento a tais intenções, o presente artigo subdivide-se em quatro principais tópicos, mais suas referências. No primeiro, discussões foram construídas sobre as possíveis relações entre pensamento crítico e a crença em conspirações. No segundo, foram estruturados os encaminhamentos metodológicos e os referenciais que os fundamentam. No terceiro, apresentados os dados da análise realizada, bem como as discussões emergentes. Por fim, considerações foram feitas com base nas reflexões produzidas, argumentando-se sobre as impressões concebidas com relação à análise das alegações ‘antivacina’.

Narrativas ‘antivacina’ e conhecimentos científicos

Compreender o que tem levado pessoas a acreditar e a sustentar teorias conspiratórias, como as associadas aos movimentos ‘antivacina’, é uma tarefa complexa, dadas as múltiplas perspectivas e arquétipos que as envolvem – assunção que se expressa na diversidade e heterogeneidade das pesquisas que investigam o tema. Discute-se sobre “como e por que teóricos da conspiração resistem a autoridade de instituições científicas, cientistas e ao conhecimento que produzem” (HARAMBAM; AUSPERS, 2014, p. 467, tradução nossa), sobre a “relação entre nível educacional e crença em teorias da conspiração” (VAN PROOIJEN, 2017, p. 50, tradução nossa), sobre crenças em teorias conspiratórias contraditórias entre si, como discutido por Wood et al. (2012), entre outras possibilidades.

¹ De acordo com a literatura da área a expressão tem sido utilizada com múltiplos significados e uma diversidade de perspectivas, o que reflete distintas denominações: “compreensão pública da ciência”, “cultura científica”, “literacia científica” e “alfabetização científica”. Todavia, a alfabetização científica tem sido apontada e reconhecida como a meta primeira da educação em ciências na escola. Nesta perspectiva, o intuito é que os estudantes desenvolvam a capacidade de relacionar evidências e conclusões de modo que sejam capazes de tomar decisões sobre cursos de ação que afetam a vida no nível pessoal, social e/ou global (TENREIRO-VIEIRA; VIEIRA, 2013).

Um desses contextos investigativos está ligado à busca por interações entre a crença em conspirações e alfabetização científica. Fasce e Picó (2019), contudo, discorreram sobre tais correlações não serem diretas, o que demarca uma complexidade inerente a tais crenças e sua ocorrência social. Nas palavras dos autores, professores devem levar em conta “as complexas interações entre as dimensões de alfabetização científica e os diferentes tipos de crenças injustificadas para melhorar as estratégias pedagógicas” (FASCE; PICÓ, 2019, p. 109, tradução nossa).

Interações entre conspirações e disposições de pensamento também têm sido investigadas. Swami et al. (2014) verificaram que a crença em conspirações pode ser “correlacionada negativamente com um estilo de pensamento analítico e pensamento de mente aberta, e positivamente correlacionada com o estilo de pensamento intuitivo e necessidade de fechamento” (p. 576, tradução nossa). Esses autores sugeriram a promoção do pensamento analítico e a argumentação crítica como maneiras, ao menos a curto prazo, de reduzir a crença em teorias conspiratórias. A hipótese é de que a promoção desses poderia abrandar presunções e vieses heurísticos associados a tais crenças. Além disso, contribuiria para a reavaliação de evidências, tornando as pessoas mais céticas em relação a ideias simplistas e intuitivas – como as que parecem induzir as crenças conspiratórias.

Em similitude, Stahl e Van Prooijen (2018) consideraram o ceticismo em relação a Teorias da Conspiração como concatenado a habilidades analíticas e de pensamento baseado em lógica e evidências. Por outro lado, os autores abordaram que “uma alta capacidade cognitiva não inocula as pessoas contra crenças irracionais em si; elas também devem se dedicar a usar sua capacidade cognitiva na busca da verdade” (p. 161, tradução nossa).

No âmbito das percepções frente à vacinação, Jolley e Douglas (2014) sugeriram uma ligação desses receios a sentimentos de impotência social. Além disso, a desilusão e a desconfiança em relação a autoridades, incluindo cientistas e profissionais médicos, também poderiam influenciar na crença em conspirações. Nesse sentido, os autores defenderam a potencialidade de contra-argumentações frente as Teorias da Conspiração, pautadas em “condições anti-conspiracionistas” (p. 07, tradução nossa) mais amplas do que simplesmente argumentos de autoridade.

Todavia, Jolley e Douglas (2017) avaliaram tal estratégia com ponderação em se tratando dos posicionamentos de negação das vacinas. Isso pois, atrelada a essas narrativas, estaria associada uma relutância da desinformação frente a tentativas de correção, principalmente referente a teorias conspiratórias socialmente enraizadas - como é o caso de certas narrativas ‘antivacina’. Nesses moldes, os autores apontaram que uma saída poderia ser “fornecer mais detalhes contextuais para tornar os argumentos anti-conspiração mais interessantes” (p. 467,

tradução nossa), indo além de apenas procurar refutar argumentos conspiratórios com a estrita veiculação de fatos.

Essas controvérsias remetem a uma complexidade atrelada às conspirações ‘antivacina’, pois essas parecem, em alguma medida, extrapolar as expectativas de associá-las diretamente a demandas por domínio de conhecimentos científicos e por disposições críticas. Referente a isso, Browne et al. (2015) questionaram se a busca por relações entre as crenças conspiratórias e os conhecimentos científicos seria uma tática efetiva na tentativa de reprimir esses discursos e modificar suas práticas. Citam esses autores:

De longe, a estratégia mais comum usada na tentativa de modificar atitudes negativas em relação à vacinação é apelar ao raciocínio baseado em evidências. Argumentamos, no entanto, que o foco na compreensão da ciência é inconsistente com um dos principais fatos da psicologia cognitiva: os seres humanos são processadores de informação tendenciosos e frequentemente se envolvem em raciocínio motivado (BROWNE et al., 2015, p. 01).

Nessa conjuntura, a hesitação à vacinação seria então consequência de forças culturais. Pode estar relacionada, para além de lacunas em relação a capacidade analítica de seus caudatários, a fatores psicossociais, como “preferência geral por medicamentos complementares aos convencionais, valorização de alternativas diversas e não convencionais e orientação espiritual para formação de atitudes” (BROWNE et al., 2015, p. 11, tradução nossa). Do olhar desses autores, a incompreensão perante fatos e evidências não seria suficiente para explicar atitudes negativas frente a vacinação.

Sendo assim, como pontuaram Jolley e Douglas (2014), se argumentos anti-conspiração, fundamentados na apresentação de evidências, podem não ser completamente efetivos na contenda de conspirações já enraizadas, então as intenções da presente pesquisa, em termos metodológicos, estão atreladas a investigar esse cenário de resistência das narrativas ‘antivacina’ em termos de uma análise de discurso. Mais do que verificar potenciais correlações quantitativas entre Conspirações e conhecimento científicos, que podem não ser diretas, conforme pontuaram Fasce e Picó (2019), este estudo se pautou em averiguar qualitativamente essa conjuntura.

Para tal, nos recusamos considerar de início juízos valorativos que tomassem a racionalidade científica como um fator a ser verificado (ou não) no discurso analisado. Nesse sentido, o pensamento crítico e a racionalidade científica também foram colocados entre parênteses, de modo a estruturar uma posição simétrica frente ao discurso analisado.

A justificativa para esse posicionamento, em termos de Educação em Ciências, se encontra nas discussões epistemológicas e sociológicas promovidas: por Feyerabend (1977) com relação a suas críticas à racionalidade científica como método único de investigação do mundo; e por Latour (2011) em função de sua noção sociológica da ação científica.

Feyerabend (1977) contribuiu no sentido de avaliar o ceticismo científico como limitado e inconsistente quando operando a partir da reação abrupta contra os modos de ver o mundo de opositores. Isso porque, conforme destaca o filósofo austríaco:

[...] só os fatos não bastam para levar-nos a aceitar ou rejeitar teorias científicas, pois a margem que deixam ao pensamento é demasiado ampla; a lógica e a metodologia eliminam demais, são demasiado acanhadas. Entre esses extremos situa-se o sempre cambiante domínio das idéias e dos desejos humanos (FEYERABEND, 1977, p. 458, grifos do autor)

Nesse sentido, levar isso em conta possibilitou tratar as narrativas ‘antivacina’ sem se desvalorizar a priori suas objeções. Se, como apontou Latour (2011), é “difícil divulgar a ciência porque ela é planejada para alijar logo de cara a maioria das pessoas” (p. 78), esse posicionamento permitiu não se abduzir das pautas científicas as divergências e discordâncias dos negacionistas das vacinas, por mais bizarras e excêntricas que elas possam ser. Isso pois, por trás dessas diferenças (essa é nossa hipótese), podem estar questões sociológicas e bioéticas valorosas à credibilidade dos programas de vacinação e à própria investigação científica.

Nesse sentido, se poderiam citar as questões bioéticas discutidas por Lessa e Schramm (2015), relacionadas à falta de uma “biopolítica que esteja orientada por uma responsabilidade ética e solidária com aqueles que foram acometidos – ou vulnerados – por efeitos adversos das vacinas em benefício da proteção coletiva” (p. 121). Ou a hipótese discutida por Schramm (2006) de uma “transição paradigmática da concepção da saúde como um direito do cidadão e um dever do Estado para aquela da saúde como um dever do cidadão e um direito do Estado” (p. 187). Essas ponderações tocam em pontos éticos e sociológicos polêmicos em relação à vacinação e desconsiderá-las a priori seria uma medida pouco prudente.

Do mesmo modo, propomos que, por trás das oposições ‘antivacina’, podem estar questões singulares em função deste tema. Logo, ao se rebater os discursos divergentes somente por sua excentricidade ou intenções controversas (que não devem ser esquecidas), se correria o risco de perder de vista as possibilidades de compreensão das nuances de suas divergências. Além disso, se perderia a chance de avaliar como são arregimentados esses discursos discordantes, fatores que corroboram nossas expectativas de analisar as narrativas ‘antivacina’. É isso que denominamos de posição simétrica em nosso âmbito. Em outras palavras, significa “considerar que ‘uma crença irracional’ ou um ‘comportamento irracional’ é sempre resultado de uma acusação” (LATOUR, 2011, p. 289). Não que comportamentos irracionais não estejam presentes em narrativas e posicionamentos ‘antivacina’, mas é a busca por “não condenar sem o devido julgamento” (LATOUR, 2011, p. 289) que está em jogo com essa perspectiva.

Em última análise, a proposição desta pesquisa foi de analisar o discurso ‘antivacina’ antes de apontar, de imediato, para equívocos teóricos ou demandas por criticidade de pensamento. Assim, conforme Latour (2011), se espera deixar de lado o júri acusatório que povoa o mundo de irracionalidades para analisar a socio-lógica que arregimenta os discursos divergentes. No tópico seguinte, os métodos da análise foram mais bem apresentados.

Delimitação metodológica

A presente pesquisa, alicerçada em fundamentos de análise qualitativa, buscou investigar uma publicação audiovisual do canal “Ciência de Verdade” do YouTube do Brasil. A escolha pelo canal se deu tanto em função de seu relevante número de inscritos e de visualizações (considerando o mês de junho de 2021, são mais 417 mil seguidores e mais de 39 milhões de visualizações acumuladas desde junho de 2016) quanto pelo fato de seu promotor ser abertamente um cético das vacinas e um crítico dos conhecimentos científicos estabelecidos.

Sendo mais específico, o promotor do canal se apresenta como crítico de uma suposta arrogância científica, o que se expressa na descrição da página: “Se você ver um pesquisador ARROGANTE, saiba que trata-se de uma pessoa FRACA e SEM DETERMINAÇÃO VERDADEIRA. Ignore essas pessoas e venha conhecer um pouco de Ciência de Verdade” (CIÊNCIA DE VERDADE, 201-?, grifos do autor)

O vídeo designado para análise², de 22 minutos e 55 segundos de duração, é intitulado: “8 Mitos sobre Vacinas”. Nele, o promotor do canal comenta argumentos apresentados por uma reportagem do site UOL, denominada: “8 mitos sobre vacina que podem levar ao ressurgimento de doenças evitáveis”³. Essa reportagem apresentava justificativas favoráveis à vacinação, sustentadas pelas Ciências médicas, segundo o portal de notícias. Dessa maneira, a dinâmica do vídeo se fundamentava em apontamentos, realizados pelo promotor do canal, sobre o porquê dos oito tópicos da reportagem (segundo ele) estarem errados ou imprecisos.

Justifica-se a escolha deste vídeo por se tratar de uma tentativa aberta de se contestar argumentos científicos e médicos, presentes em uma página de divulgação científica, a partir de explanações conceituais ‘antivacina’. Consideramos que essa dinâmica abriu espaço para analisar o discurso presente em função da articulação entre os argumentos ‘antivacina’ elencados e os conteúdos científicos divulgados. Assim, se evitou a taxaço a priori das ponderações do promotor do canal como bizarras ou grotescas.

²O vídeo está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xgPIv6jWvAE&t=979s>, acesso em 25 de novembro de 2019. Ele foi repostado pelo promotor do canal durante as fases de confecção desta pesquisa.

³A reportagem original está disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/bbc/2019/02/11/8-mitos-sobre-vacina-que-podem-levar-ao-ressurgimento-de-doencas-evitaveis.htm>. Acesso em 28 de novembro de 2019.

Nesses parâmetros, o objetivo foi analisar qualitativamente as argumentações, com base em princípios da análise de discurso. Com isso, foram produzidas ponderações sobre as possíveis interações entre suas alegações negacionistas das vacinas e as noções de pensamento crítico (PC). Defende-se que essa estratégia pode abrir margem para uma autorreflexão referente ao próprio posicionamento da Educação em Ciências perante tais narrativas.

Nesses moldes, a concepção de pensamento crítico (PC) assumida foi estruturada a partir das contribuições de Robert Ennis (1991; 1996). Além disso, em termos da relação entre pensamento crítico e Educação, foram tomadas as discussões promovidas por Vieira e Tenreiro-Vieira (2014) e Sousa e Vieira (2018). Ademais, se buscou sustentação em autores que discutiram relações entre: conhecimentos científicos; disposições de pensamento; e teorias da conspiração, como Wood, Douglas e Sutton (2012), Swami et al. (2014), Browne et al. (2015), Lantian et al. (2017), Fasce e Picó (2019), entre outros convergentes. Todas essas discussões nos possibilitaram estruturar uma noção aproximada do que consideramos como ‘pensamento crítico’ (PC). Foi a partir dessas delimitações que nos propomos a responder à questão de pesquisa: que relações podem ser evidenciadas entre um discurso ‘antivacina’ e disposições de pensamento crítico?

Não foi nossa intenção discorrer sobre a natureza do pensamento crítico. Dessarte, assumimos PC como um “pensamento reflexivo razoável focado em decidir no que acreditar ou fazer” (ENNIS, 1996, p. 166, tradução nossa). Dessa concepção aproximada, nos aprofundamos em referenciais teóricos para conceber o pensamento crítico como uma das motivações da alfabetização científica.

Essa assunção pode ser embasada por Vieira e Tenreiro-Vieira (2014), quando abordaram sobre os movimentos de educação formados a partir dos anos de 1980. Esses procuravam incluir o PC “como uma finalidade educativa e/ou mesmo um objetivo a atingir no contexto de uma disciplina específica ou de várias disciplinas de diferentes níveis de ensino” (p. 43). Os autores também apontaram para a referência do PC na formação curricular de países como os Estados Unidos da América e Portugal.

Pode-se citar também o estudo realizado por Souza e Vieira (2018), constatando a influência das discussões sobre pensamento crítico em investigações da área de Educação em Ciências. Segundo os autores:

A ação educativa orientada para a promoção do pensamento crítico (PC) tem sido um foco de investigação e de discussão pública por parte de educadores e investigadores apreensivos quanto à aparente ausência de ensino promotor do desenvolvimento de capacidades de pensamento (p. 17).

A partir dessas delimitações, se buscou avaliar, a partir de uma análise de discurso, quais as relações possíveis entre a promoção do pensamento crítico, como mote da alfabetização científica, e a crença em teorias da conspiração, associada a uma narrativa ‘antivacina’.

O que motivou a seleção das contribuições de Ennis (1996), como suporte para delimitar o pensamento crítico, foi sua ênfase em considerar PC não apenas habilidade a ser desenvolvida em indivíduos por determinadas ações educativas. O autor também sugere admiti-lo como disposição a ser identificada, dadas certas condições. Contudo, isso não implica em julgar uma disposição como produto obtido a partir de simples inspeção, mas tal qual uma qualidade oculta a se levar em conta pelas tentativas de avaliar pensamento crítico. Essas características embasam a noção de PC de Ennis (1996), em que a “ênfase está na razoabilidade, reflexão, e no processo de tomada de decisões” (p. 166, tradução nossa).

Além de capacidades e disposições, o pensamento crítico, considerado nesse âmbito, pode ser concebido como um “conceito normativo” (VIEIRA; TENREIRO-VIEIRA, 2014, p. 46). Nesse sentido, o que diferencia o PC de um pensamento não-crítico seria a qualidade do pensamento em questão. Essa qualidade seria determinada por alguns critérios, dos quais Vieira e Tenteiro-Vieira (2014) destacam: “precisão/exatidão dos dados, a credibilidade das fontes e a validade das inferências” (p. 47). Dessa maneira, pensar e agir de forma crítica podem englobar diversos contextos cotidianos, “desde o acompanhar o sentido de uma notícia, ler e compreender um artigo de divulgação científica, escrever e comunicar com os outros acerca de questões que envolvem ciência, passando pela tomada de decisão e resolução de problemas pessoais” (p. 47).

Estabelecidas essas demarcações, passamos a esclarecer a escolha da teoria discursiva utilizada para analisar o discurso de um divulgador ‘antivacina’ no YouTube.

A análise de discurso foi concebida com base em Maingueneau (2005). Essa escolha se deve a característica de sua teoria discursiva ir além da identificação exclusiva de forma e de sentido do discurso, assumindo também uma força discursiva – “a energia viva do sentido” (p. 20), nas palavras do autor. Logo, tudo o que compõe as práticas discursivas deve ser analisado, não devendo ser adotados quaisquer panos de fundo, tal como assumir uma distinção entre o fundamental e o superficial em um discurso. Dessa ótica, deve ser concebido um sistema que leve em conta a multiplicidade discursiva em sua amplitude linguística e histórica.

Isso implica em considerar “tanto aspectos relativos à forma em que são dados a ler os discursos, quanto as condições históricas que explicam a recorrência de certos enunciados, enquanto outros, ainda que formalmente possíveis, permanecem ausentes, aquém do limiar de formulação” (LIMA; VIVIANO, 2015, p. 98). Portanto, dessa perspectiva, o discurso não é

um ente isolado, mas parte de um sistema de restrições globais que incide sobre certo conjunto de discursos articulados.

Assim sendo, na perspectiva de Maingueneau (2005), a noção de discurso passa a ser considerada como prática discursiva. Por conseguinte, a formação discursiva é admitida como um esquema de correspondência – um sistema de articulações entre os diferentes domínios de análise, sendo central a noção de interdiscurso. Isso foi considerado coerente para os objetivos desta análise, uma vez que procuramos encarar o discurso presente na publicação ‘antivacina’ para além de sua estrutura ou contexto, mas articulado em função das dimensões discursivas e contextuais da publicação.

Seguindo esses parâmetros, algumas noções da concepção discursiva de Maingueneau (2005) foram emprestadas para os fins desta análise. Destacam-se: o interdiscurso, apontado como anterior e constituinte de um discurso, se constituindo como um espaço aberto de trocas e de restrições semânticas globais; o simulacro, como processo de tradução discursiva conforme categorias particulares, sempre ocorrendo a partir de uma relação conflituosa e polêmica; o discurso admitido como prática, permitindo se ampliar o escopo estritamente linguístico de uma análise discursiva, e associando o discurso às instituições e aos enunciados discursivos; e o caráter ideológico do discurso.

Isto posto, atendendo a essas delimitações discursivas, nos propomos a analisar o discurso presente na produção audiovisual selecionada. Dando seguimento a tal estratégia, no tópico seguinte, estão dispostos os dados apurados, bem como a análise e as discussões edificadas a partir deles.

Análise do discurso

Os dados recolhidos da transcrição do vídeo selecionado foram transcritos por meio da própria ferramenta disponibilizada pelo YouTube e as eventuais imprecisões e erros de português foram ajustados manualmente. Ao todo, o promotor do canal discorreu sobre 8 argumentos apresentados pela reportagem do portal UOL, discutindo-os a partir de suas alegações ‘antivacina’. Para a análise, esses argumentos foram subdivididos em 8 grupos, denominados de A1, A2, A3 e assim sucessivamente até A8. Considerando a longa duração do vídeo e da transcrição, optamos por apresentar trechos desses argumentos que sustentaram a análise do discurso, citados ao longo do texto.

Em primeiro lugar, foi possível pontuar sobre a busca do promotor do canal por contestação da autoridade epistêmica da Ciência a partir de algumas estratégias. Para exemplificar essa posição, expomos os argumentos nomeados de A1, A2, A3 e A4.

Em A1, se utilizou da alteração fundada na apresentação de dados que, segundo ele, desmentiriam as informações apresentadas pela reportagem do UOL. Isso ficou denotado a partir do seguinte argumento:

É o seguinte, eles dizem que é um mito, o mito número 1 segundo o UOL: “vacinas podem causar autismo”, eles dizem que isso é mito, então aparentemente o UOL está por fora, né, porque tem esse trabalho aqui, de dezembro de 2018, mostrando que sim, vacinas causam... tem um forte indício de que elas causam autismo, e eles dizem que o trabalho que fala que as vacinas causam autismo é uma fraude. Esse trabalho aqui não é uma fraude e esse trabalho aqui mostra o oposto, que quem falou que não causa autismo, que o trabalho dos outros, essas pessoas que falam que não causa autismo, na verdade, utilizam dados filtrados convenientemente, ok? (8 MITOS SOBRE VACINAS, 2019)

Em A2, dentre as estratégias utilizadas, está a desqualificação da competência do médico consultado na reportagem, em função da argumentação sobre o suposto excesso de vacinas ofertado às crianças.

Se eu virar pra você e falar o seguinte: 1000 vacinas fazem mal para uma criança nos primeiros dois anos de vida? Você vai falar: “pô”, é muito, mil faz mal. Eu viro pra você e falo assim: 500 vacinas fariam mal? Ué, óbvio, Afonso, quinhentas é muito! É verdade, eu, concordo. E 200 vacinas nos primeiros dois anos de vida? Pô, Afonso, 200 é muito! E 100? Pô, 100 é muito! E 50? 50 é muito! E 11? Ah, 11 é bom! Como é que você chegou a essa conclusão? Tá, o UOL consultou um médico, o médico falou que 11 não tem problema, então beleza, fechou. Tá, cadê o artigo científico que mostra que 11 não tem problema? Cadê? (8 MITOS SOBRE VACINAS, 2019).

Em A3, a estratégia foi a objeção em relação à confiabilidade de dados gráficos apresentados pela reportagem do UOL. Esses dados sustentavam a importância histórica das vacinas para a erradicação de diversas doenças. A estratégia ficou denotada no seguinte argumento:

Espera um pouquinho: se a pessoa toma tanta vacina, por que ela fica doente? Ah, Afonso, é que elas têm outros problemas, né, diabetes, várias doenças autoimunes, e aí minha pergunta: o que é uma doença autoimune? É quando o nosso sistema imunológico ataca nós mesmos. Pergunta: por que o nosso sistema imunológico tá tão nervoso a ponto de atacar nós mesmos? Adivinha? Adivinha o que causa doença autoimune? Ah, vacina, beleza (8 MITOS SOBRE VACINAS, 2019).

Em todos esses casos, o promotor do canal estabelece contestações no sentido de firmar sua oposição à credibilidade das vacinas, bem como às informações analisadas. Nota-se a característica interdiscursiva de ‘simulacro’ discutida por Maingueneau (2005). Nessa, a relação polêmica e conflituosa de um discurso para com outro manifesta-se como uma incompatibilidade radical que funciona como a própria condição de possibilidade discursiva. Em outras palavras, isso significa que, por mais que tentando se afastar das alegações apresentadas pela reportagem do UOL, é a discordância em relação a elas que possibilita a formação de seu discurso.

Em última análise, isso permitiria admitir a negação da autoridade da Ciência como o cerne de suas alegações ‘antivacina’. Essa não é uma consideração inédita, pois já foi

dissertada por Harambam e Aupers (2015) em relação aos teóricos da conspiração serem “excessivamente críticos sobre a ciência moderna, mas não diretamente contra a ciência como forma de descrever e compreender o mundo com precisão” (p. 476, tradução nossa). Essa ambiguidade ficou expressa em A2, quando o promotor do canal demandou artigos científicos que corroborassem a alegação da reportagem. O mesmo ocorreu em A4, no trecho: “Tem um vídeo na playlist de vacinas que se chama ‘A peste’, ok, com um médico falando sobre esse problema das doenças autoimunes e vacinas, muito interessante” (transcrição do vídeo).

Neste estudo, consideramos essa desconfiança das vacinas (e dos conhecimentos científicos atrelados a elas) como a própria condição de existência do discurso ‘antivacina’. Nos moldes de Maingueneau (2005), o discurso ‘antivacina’ procederia do espaço interdiscursivo associado à negação da Ciência. Essa assunção poderia explicar a falta de interação direta entre conhecimentos científicos e ideação conspiracionista, ou mesmo entre outras crenças injustificáveis e disposição ao pensamento crítico, alertadas por Fasce e Picó (2019). Isto porque a sustentação de um discurso conspiratório, nesses parâmetros, estaria associada à necessidade de objeção frente a Ciência – e não a uma busca por coerência discursiva ou argumentação crítica.

Tais resultados sugerem implicações a respeito dos modos de pensar a Educação em Ciências frente a discursos conspiracionistas como os ‘antivacina’. Se o mote desses discursos for mesmo a oposição relutante em relação à Ciência (como estamos ponderando), então almejar de teóricos ‘antivacina’ uma abertura às explicações científicas seria esperar deles a abdicação de sua própria possibilidade de discursar. Se poderia aproximar dessa conjectura as discussões de Bronwe et al. (2015), de que “o ceticismo da vacinação parece ser o resultado de uma orientação cultural e psicológica particular que leva à falta de vontade de se envolver com as evidências científicas” (p. 01).

Assim, da parte da Educação em Ciências, seria impositivo levar em conta esse cenário de relutância das narrativas ‘antivacina’ ao se pensar em medidas tratativas e abordagens pedagógicas. Uma saída poderia ser qualificar teóricos ‘antivacina’ como pensadores não-críticos. No entanto, julgamos essa solução demasiada simplista e em potencial despótica, pois ela sugere uma divisão radical entre “os que têm acesso à natureza dos fenômenos e aqueles que, por não terem aprendido o suficiente, têm acesso apenas a visões distorcidas desses fenômenos” (LATOUR, 2011, p.284).

Desse modo, correr-se-ia o risco de se automatizar uma posição científica autoritária, que apenas cala adversários e povoa de irracionalidades o mundo não especializado em Ciências. Posição essa incoerente mesmo em função de delimitações de pensamento crítico propostas por Ennis (1996), como “ter a mente aberta: considerar seriamente outros pontos de vista que não apenas o seu” (p. 09, tradução nossa).

A taxaço também não levaria em conta as discussões de Wood (2016) sobre a potencial ineficácia dos rótulos em relação às Teorias da Conspiração. No estudo promovido pelo autor, “não houve evidência de que uma visão geral negativa das teorias da conspiração tornasse o rótulo mais eficaz em desencorajar a crença” (p. 702). Assim, os rótulos parecem mais eficazes em denegrir as pessoas em si e pouco contribuem para a contenção dessas narrativas. Nesse caso, em se tratando de indivíduos já estigmatizados pelo rótulo de ‘teóricos da conspiração’, parece não haver garantias de que mais uma qualificação (de pensadores não-críticos) pudesse contribuir para a atenuação dessas narrativas injustificáveis.

Outra característica marcante presente nas alegações ‘antivacina’ do promotor do canal é a associação da Ciência a interesses malévolos. Apresentamos trechos dos argumentos nomeados A5 e A8 que manifestam de modo mais esclarecido esse atributo.

Em A5, a estratégia utilizada foi supor relações entre presumidos interesses da indústria farmacêutica e supostos efeitos colaterais das vacinas ligados ao câncer.

Eles dizem que é um mito isso aqui, oh: “as vacinas são um grande negócio para a indústria farmacêutica”. E aí eles falam: não, isso aí é mentira, porque só 3% do total de dinheiro que a indústria farmacêutica ganha vem das vacinas. E isso, pro UOL, desculpa, mas você está errado de novo, porque, por exemplo se a gente pegar este caso aqui ó, neste caso aqui, onde o pessoal mostra, com relação entre câncer de cérebro e uma vacina, a pergunta é: uma vacina custa só um dólar, mas quanto custa o tratamento de câncer de cérebro? Ah, é caro pra caramba, beleza, entrou na sua conta, UOL? O dinheiro que eles ganharam vendendo o medicamento para câncer entrou na conta dos três por cento? Não, medicamento de câncer não entra na conta de vacina (8 MITOS SOBRE VACINAS, 2019).

Em A8, o argumento se propôs a responder uma alegação da reportagem do portal UOL sobre vacinas serem uma conspiração. Nesse caso, além de apontar para interações com a indústria farmacêutica, o promotor do canal se defendeu do rótulo de conspirador:

Tipo, eles vão lá, pegam uma conspiração verdadeira relacionada às vacinas, ok, pra provar que as vacinas não são parte de uma conspiração maior. Tá, não pareceu muito inteligente essa, eu acho que o pessoal da indústria farmacêutica pode ficar nervoso com o UOL. Paciência! Sim, faz parte não de uma conspiração, (mas) de um programa muito bem definido, muito bem desenhado pra fazer mal para as crianças, ok, para os seres humanos. É uma luta contra os seres humanos, tá? Mas, é isso, só este comentário (8 MITOS SOBRE VACINAS, 2019).

Nesses dois casos (A5 e A8), o promotor do canal parece se utilizar de incertezas e polêmicas da temática para sustentar sua oposição frontal. Logo, se a divergência em relação às vacinas parece ser a condição de sua possibilidade de discursar (nossa hipótese anterior), a acusação de interações subliminares com a indústria farmacêutica (e suas supostas intenções malignas) torna a alegação mais específica e ao mesmo tempo mais impactante. Em termos discursivos, com base em Maingueneau (2005), se poderia dizer que tais correlações emprestam força ou energia aos discursos ‘antivacina’, transformando-os em mais exclusivos e distintos.

Essa assunção pode ser concatenada ao estudo proposto por Lantian et al. (2017). A hipótese desses autores é de que:

[...] acreditar em teorias da conspiração pode ser uma maneira de satisfazer a necessidade de singularidade. As teorias da conspiração tendem a atrair mais as pessoas que têm uma necessidade crônica de se sentir diferente dos outros ou que são levadas a sentir que a singularidade é uma característica importante (LANTIAN et al., 2017, p. 170, tradução nossa).

O discurso ‘antivacina’, então, não teria somente a intenção de divulgar ideias em um contexto específico, mas também de transformar suas alegações em surpreendentes e peculiares. Assim, “colocam as pessoas na posse de informações não convencionais e escassas que permitem que se sintam únicas em comparação com as outras” (LANTIAN, 2017, p. 170, tradução nossa).

Nesse contexto em específico, a promoção de pensamento crítico poderia ser julgada uma resposta frutífera a esse cenário. Se como justificam Vieira e Tenreiro-Vieira (2014), o pensamento crítico pode ajudar estudantes “a afastarem-se da mera aceitação de afirmações feitas por outros só porque estes afirmam ser aceitáveis” (p. 43), então estimular uma educação científica que ofereça condições racionais para se pensar criticamente sobre afirmações e ponderações parece ser uma condição viável para lidar com essa característica de exclusividade das narrativas ‘antivacina’. No mínimo, poderia contribuir para tornar as pessoas mais criteriosas ao buscar fontes e informações, ou mesmo para analisar alegações surpreendentes em primeira vista.

Todavia, desse panorama também emerge a complexidade cultural e psicossocial dos movimentos de negação das vacinas, abordada por Browne et al. (2015). Como citam os autores, um fator comum dos comportamentos ‘antivacina’ parece ser a preferência por tratamentos não ortodoxos, que fogem dos padrões. Dessa maneira, ao negarem as vacinas, esses sujeitos se veem como antiautoritários e não convencionais – ocorrência que corroboraria a hipótese da busca por singularidade dos teóricos da conspiração. Portanto, a sensação de exclusividade sustentada pelas narrativas exageradas das Teorias da Conspiração pode estar associada a essa empreitada por diferenciação social de um teórico ‘antivacina’.

Essa assunção ligaria os comportamentos ‘antivacina’ à personalidade e à orientação pessoal desses sujeitos, mais do que a estilos cognitivos. Isso corrobora a conjectura “de que é uma relutância se envolver com a evidência, ao invés de uma falta de capacidade para processar apropriadamente a evidência, que prevê o ceticismo da vacinação” (BROWNE et al., 2015, p. 10, tradução nossa).

Tal consideração está em consonância com nossa primeira hipótese – de que a condição de possibilidade de um discurso ‘antivacina’ é divergência em relação às vacinas. O que os resultados de Browne et al. (2015) remetem é de que essa seria uma característica psicossocial

e cultural, menos atrelada a disposições de pensamento. Assim, supor o pensamento crítico como resposta frente a narrativas ‘antivacina’ demandaria incorporar às pautas educacionais essa relutância à vacinação e aos conhecimentos científicos e médicos atrelados a ela.

Em última análise, seria considerar o que pontuou Van Prooijen (2017), enfatizando “as implicações multifacetadas dos níveis de educação para a extensão em que as pessoas pensam criticamente sobre questões sociais em geral e teorias da conspiração em particular” (p. 57, tradução nossa). Dessarte, segundo o autor, “a relação entre educação e crença em teorias da conspiração é explicada por vários processos psicológicos independentes” (p. 57, tradução nossa).

Neste contexto complexo e multifacetado, reconhecemos as potencialidades do pensamento crítico, como meio de atenuar a crença em Teorias da Conspiração. Essa é uma assunção corroborada pelos resultados apresentados por Fasce e Picó (2019), de “correlações positivas entre conhecimento científico, confiança na ciência e pensamento crítico” (p. 120, tradução nossa).

Contudo, a relação entre promoção de pensamento crítico, como escopo da Educação em Ciências, e a contenção das crenças conspiratórias parece não ter uma relação tão direta. Como abordou Van Prooijen (2017), os efeitos sobre Teorias da Conspiração:

[...] podem ser alcançados sem focar explicitamente na validade ou invalidade de teorias da conspiração específicas ao longo de um currículo educacional. Em vez disso, ao ensinar às crianças habilidades de pensamento analítico junto com a percepção de que os problemas sociais muitas vezes não têm soluções simples, ao estimular um senso de controle e ao promover a sensação de que alguém é um membro valioso da sociedade, a educação provavelmente instalará as ferramentas mentais que são necessários para abordar teorias de conspiração rebuscadas com uma dose saudável de ceticismo (p. 57, tradução nossa).

Nesse caso, considerar disposições e habilidades de pensamento crítico, conforme Ennis (1991; 1996), em concatenação com a confiança na Ciência, pode contribuir não somente para fins de aprendizagem científica, mas também em nexos com questões cívicas. Como citam Vieira e Tenreiro-Vieira (2014), “o cidadão de uma democracia deve ser capaz de sustentar debates abertos sobre questões cívicas, de ponderar argumentos, de considerar alternativas e cursos de ação e de recolher e avaliar evidências que os sustentam” (p. 44). Desse panorama pragmático, o PC pode ser admitido como um modo de se orientar em meio a controvérsias socio-científicas.

Outra característica marcante de ser pontuada nos argumentos propostos no vídeo, em especial nos argumentos nomeados A6 e A7, são alegações que podemos denominar de doutrinárias. Na primeira, o promotor do vídeo marca posição com relação à temática da imigração.

Pergunta: você tem que continuar vacinando a população inteira de 200 milhões de pessoas? Ah sim, porque pode chegar um venezuelano com doença. Oh, se você tá vendo que está chegando um venezuelano com doença você tem que fazer uma triagem, simples, ok? Não dá pra deixar entrando à lá louca, só isso, você vai ter que dar uma monitorada. Agora, você não pode obrigar um país inteiro a tomar a vacina porque um cara de outro país está indo para lá entendeu? (8 MITOS SOBRE VACINAS, 2019).

Em A7, o promotor do vídeo demarca uma posição de caráter religioso, alegando o perigo das vacinas em função da quantidade de mercúrio presente ser a mesma que em uma lata de atum. Este seria um peixe impuro segundo ele.

Diz assim, oh: “vacinas contêm toxinas perigosas”. O UOL diz assim, oh: não é só 25µg de mercúrio a cada ½ mL, tá, e isso é a mesma quantidade de mercúrio que tem uma lata de 85 gramas de atum. Eu já falei várias vezes aqui no canal, eu vou insistir: eu sempre comia pizza de atum e eu gosto de atum, ok? Pensava que ele era um peixe puro. O atum é um peixe impuro, ele não tem escamas, ok, é um peixe grande, tipo tubarão, vamos dizer assim, e ele é um peixe de pele que é proibido pela bíblia, tá? (8 MITOS SOBRE VACINAS, 2019).

Nesses casos, denota-se o caráter ideológico do discurso apresentado, segundo Maingueneau (2005), visto como um empenho de construção de “espaços de coesão semântica” (p. 28). Com referência ao argumento religioso, isso denotaria a característica discursiva devota, em que o objetivo do discursante seria educar os fiéis ou, neste caso, os seguidores, sobre como devem agir a partir de princípios alegados a priori. Isso também fica expresso no seguinte trecho de A7:

Se você ficar comendo um monte de latinha de atum, você vai ter problema. Agora, tem uma diferença grave entre a vacina latinha de atum. A latinha de atum, você está pondo pela boca, ok, você vai digerir e você vai defecar o resíduo... vai pôr no vaso e vai apertar a descarga. Você vai absorver uma parte da porcária, mas a outra parte você vai defecar, ok, você vai soltar um barro lá e vai liberar o mercúrio pra fora. Agora, na vacina, quando você coloca aqui... como é que você elimina? Não dá (8 MITOS SOBRE VACINAS, 2019).

Nesse exemplo, há um caráter normativo na proposição do vídeo. Isso poderia ser admitido como natureza prática do discurso ‘antivacina’. Seguindo Maingueneau (2015), as alegações presentes no vídeo não seriam apenas um conjunto de textos e enunciados, mas denotariam um sistema de restrições semânticas do discurso ‘antivacina’. Esse sistema integraria seus domínios socio-históricos, caracterizando o discurso como um esquema de correspondência entre campos diferentes. Em outras palavras, o discurso ‘antivacina’ se expressaria como prática intersemiótica.

Essas ponderações podem ser aproximadas da abordagem proposta por Wood et al. (2012), de considerar o conspiracionismo “uma ideologia coerente, em vez de um agrupamento de crenças em teorias individuais” (p. 771, tradução nossa). Dessa forma, como sustentam esses autores, conspirações se constituiriam um sistema monológico de crenças que extrai sua convergência de crenças centrais – como a de que instituições ou pessoas têm

interesses malignos. Assim, a conexão com essa ideia central “dá suporte a qualquer teoria da conspiração individual, até o ponto em que as teorias mutuamente contraditórias deixam de mostrar uma correlação negativa na crença” (p. 771, tradução nossa).

Tal avaliação não está distanciada da hipótese sobre a relutância de narrativas ‘antivacina’ frente a evidências, conforme Browne et al. (2015). De fato, ao se pontuar essa forte vinculação de proposições conspiratórias particulares a uma crença matriz, se poderia elucidar a hesitação de teóricos da conspiração ao se confrontarem com informações científicas. Isto pois seria mais pertinente para esses sujeitos manter essa coerência interna ao invés de questionarem o cerne de sua crença – o que poderia colocá-la em risco. Esse argumento embasa nossa hipótese da negação como condição de possibilidade de um discurso ‘antivacina’.

Dessas análises, mais do que simplesmente atribuir a teóricos da conspiração demandas por pensamento crítico e domínio de conhecimentos científicos, se faz necessário remeter suas ideias e motivações a sistemas culturais e psicossociais complexos. Nos termos discutidos por Van Prooijen (2017), isso significa que a “relação entre educação e crenças conspiratórias não pode ser reduzida a um único mecanismo, mas é o resultado da interação complexa de vários fatores psicológicos que estão associados à educação” (p. 50, tradução nossa).

Assumir essa complexidade é um modo de refletir sobre os próprios limites da prática científica e de seus contextos educacionais. Com isso, ressaltamos o que há tempos preconizara Feyerabend (1997) sobre os processos de formação de pessoas. Como julga o autor:

[...] um cidadão amadurecido é uma pessoa que aprendeu a tomar decisões e que decidiu em favor daquilo que mais lhe convém. É pessoa de alguma solidez espiritual (não se apaixona pelo primeiro trovador ideológico que lhe cruze o caminho) e que, portanto, está apta a escolher conscientemente a tarefa que lhe pareça mais atraente, em vez de deixar-se dominar por ela (p. 465, grifos do autor).

Posicionamento convergente, portanto, com a própria definição clássica de pensamento crítico de Ennis (1996): “pensamento reflexivo razoável focado em decidir no que acreditar ou fazer” (p. 166, tradução nossa). Sendo assim, ao nos situarmos frente a narrativas ‘antivacina’, sem tratá-las como um tema tabu devido a suas excentricidades e particularidades, podemos assumir, talvez, um dos fundamentos primordiais do pensar criticamente: a possibilidade de se posicionar abertamente frente a controvérsias socio-científicas.

Dessa conjuntura, no tópico seguinte, reunimos as principais considerações obtidas com a análise do discurso.

Conclusões

Após as discussões realizadas, apresentamos algumas considerações. Para isso, relembremos a questão de pesquisa: que relações podem ser evidenciadas entre um discurso ‘antivacina’ e disposições de pensamento crítico?

Três principais apontamentos podem ser elencados. Em primeiro lugar, notamos a divergência frontal em relação à Ciência como condição da possibilidade de discurso de uma narrativa ‘antivacina’. Nesses parâmetros, isso pode explicar a falta de interação direta entre conhecimentos científicos e ideiação conspiracionista, alertada por Fasce e Picó (2019). Ademais, justifica a relutância de teóricos da conspiração frente a evidências e informações científicas. Em termos de Educação em Ciências, se faz necessário levar em conta essa tendência pelo negacionismo para se pensar em tratativas frente a narrativas conspiratórias ‘antivacina’.

Em segundo lugar, avaliamos no discurso ‘antivacina’ uma intenção não somente atrelada a divulgar ideias, mas também a transformá-las em exclusivas e surpreendentes. Essa assunção pode estar associada à busca por singularidade de teóricos ‘antivacina’, como se idealizassem posições não autoritárias e não convencionais com suas narrativas. Isso está em consonância com os resultados obtidos por Lantian et al. (2017) e corroboram a primeira hipótese: oposição aos conhecimentos científicos como uma premissa discursiva.

Em terceiro lugar, constatamos o caráter ideológico de um discurso ‘antivacina’. Isso pode estar ligado a uma busca por arquitetar um sistema discursivo mais amplo do que somente constituído por alegações particulares e independentes. Desse modo, a coesão desse sistema se daria pela conexão a uma crença central – que pode ser a desconfiança em relação a instituições ou à própria Ciência. Assim, essa consideração corrobora a hipótese da relutância das Teorias da Conspiração de se envolverem com evidências contrárias, pois isso poderia colocar em risco esse sistema edificado.

Além desses apontamentos, podemos considerar a promoção do pensamento crítico como mais pertinente para arregimentar confiança na Ciência do que como método de contenção de narrativas conspiratórias. Teorias da Conspiração parecem fazer parte de um sistema cultural e psicossocial complexo, como pontuaram Browne et al. (2015), não diretamente ligado a disposições de pensamento. Assim, a promoção do pensamento crítico pode ser considerada prática efetiva para encorajar e impulsionar disposições e habilidades para se posicionar frente a questões controversas, e menos como uma “solução única” frente a Teorias da Conspiração.

Limitações desta análise podem estar ligadas à abordagem de apenas uma narrativa ‘antivacina’. Contudo, julgamos que essa dificuldade foi atenuada pela abrangência das alegações do promotor do canal, e ainda, pela análise ter sido conduzida articulando-se as

alterações ‘antivacina’ do promotor do canal e a notícia veiculada pelo portal da divulgação científica.

Pesquisas posteriores podem tomar as considerações edificadas neste estudo no sentido de ampliar o escopo analítico para outras teorias conspiratórias, avaliando possíveis elos e associações com as narrativas ‘antivacina’.

Referências

8 MITOS SOBRE VACINAS, 2019. 1 vídeo (22 min e 55 seg). Publicado pelo canal Ciência de Verdade do YouTube. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=xgPIv6jWvAE&t=979s>. Acesso em 02/10/2019.

BROWNE, M., THOMSON, P., ROCKLOFF, M. J., PENNYCOOK, G. Going against the herd: psychological and cultural factors underlying the ‘vaccination confidence gap’. *PlosOne*, v. 10, n. 09, p. 01-14, 2015. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0132562>. Acesso em 15 out. 2019.

ENNIS, R. *Critical Thinking: A streamlined conception*. *Teaching Philosophy*, v. 14, n. 01, p. 05-24, 1991.

ENNIS, R. *Critical Thinking Dispositions: Their Nature and Assesability*. *Informal Logic*, v. 18, n. 02 e 03, v. p. 165-182, 1996.

FASCE, A., PICÓ, A. Science as vaccine: the relation between scientific literacy and unwarranted beliefs. *Science and Education*, v. 28, n. 1, p. 109-125, 2019.

FEYERABEND, P. *Contra o método*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

GOERTZEL, T. Belief in conspiracy theories. *Political psychology*, v. 15, n.4, p. 731-742, 1994.

HARAMBAM, J., AUPERS, S. Contesting epistemic authority: conspiracy theories on the boundaries of science. *Public understanding of science*, v. 24, n. 4, p. 466-480, 2014.

HOCHMAN, G. Vacinação, varíola e uma cultura da imunização no Brasil. *Ciênc. Saúde coletiva*, v. 16, n. 2, p. 375-386, 2011.

JOLLEY, D., DOUGLAS, K. M. The effects of anti-vaccine conspiracy theories on vaccination intentions. *Plos one*, v. 09, n. 02, p. 01-09, 2014.

JOLLEY, D., DOUGLAS, K. M. Prevention is better than cure: Addressing anti-vaccine conspiracy theories. *Journal of Applied Social Psychology*, v. 47, s/n, p. 459-469, 2017.

LANTIAN, A., MULLER, D., NURRA, C., DOUGLAS, K. M. I know thing they don't know: The role of need for uniqueness in belief in conspiracy theories. *Social Psychology*, v. 48, n. 03, p. 160-173, 2017.

LATOURE, B. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*, 2. Ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

LESSA, S. C.; SCHRAMM, F. R. Proteção individual versus proteção coletiva: análise bioética do programa nacional de vacinação infantil em massa. *Ciênc. saúde coletiva*, v. 20, n. 1, p. 115-124, 2015

LIMA, A. L. G.; VIVIANI, L. M. Conhecimentos especializados sobre os problemas de rendimento escolar: um estudo de manuais de psicologia e da Revista de Educação. *Hist. Educ.*, v. 19, n. 46, p. 93-112, 2015.

MAINGUNEAU, D. *Gênese do discurso*. Curitiba: Criar Edições, 2005.

PROOIJEN, J. W. V. Why education predicts decreased belief in conspiracy theories. *Applied Cognitive Psychology*, v. 31, n. 01, p. 50-58, 2017.

SWAMI, V., VORACEK, M., STIEGER, S., Tran, U. S. & Furnham, A. Analytic thinking reduces belief in conspiracy theories. *Cognition*, v. 133, n. 3, p. 572-585, 2014.

SOUSA, A. S., VIEIRA, R. M. O pensamento crítico na educação em ciências: revisão de estudos no ensino básico em Portugal. *Rev. Fac. Educ.*, v. 29, n. 01, p. 15-33, 2018.

STAHL, T. VAN PROOIJEN, J. W. Epistemic rationality: Skepticism toward unfounded beliefs requires sufficient cognitive ability and motivation to be rational. *Personality and Individual Differences*, v. 122, s/n, p. 155-163, 2018.

TENTEIRO-VIEIRA, C., VIEIRA, R. M. *Promover o pensamento crítico dos alunos: propostas concretas para a sala de aula*. Porto: Porto Editora, 2000.

TENRERO-VIEIRA, C.; VIEIRA, R. M. *Literacia e pensamento crítico: um referencial para a educação em ciências e em matemática*. Revista Brasileira de Educação, [S. l.], v. 18, n. 52, p. 163-188, 2013.

WOOD, M. J., DOUGLAS, K. M., SUTTON, R. M. Dead and alive: beliefs in contradictory conspiracy theories. *Social psychological and personality science*, v. 6, n.3, p. 767-773, 2012.

WOOD, M. J. Some dare call it conspiracy: labeling something a conspiracy theory does not reduce belief in it. *Politicalpsychology*, v. 37, n. 5, p. 695-705, 2016.

ZORZETTO, R. As razões da queda da vacinação. *Pesquisa Fapesp*, ano 19, n. 270, p. 18-25, ago. 2018. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/as-razoes-da-queda-na-vacinacao/>. Acesso em 05 de set. 2020.

SOBRE OS AUTORES

LEONARDO WILEZELEK SOARES DE MELO. Bacharel e Licenciado em Química pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus Pato Branco. Participou por dois anos do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) da disciplina de Química. Mestre em Ensino de Ciência e Tecnologia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus Ponta Grossa. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática da Universidade Estadual de Londrina. Integrante do Grupo de Estudos Culturais das Ciências e da Educação (GECCE). Tem realizado pesquisas em temáticas como História e Filosofia das Ciências; Estudos Sociais de Ciências; Teorias da Conspiração.

FABIELE CRISTIANE DIAS BROIETTI. Licenciada em Química (UEL, 2004), tem especialização em Ensino de Química (UEL, 2006), Mestrado em Ensino de Ciências (UEL, 2008) e Doutorado em Educação para a Ciências (UEM, 2013). Realizou estágio de Pós-doutoramento na Universidade de Aveiro/Portugal (2019). É professora adjunta da Universidade Estadual de Londrina (UEL) atuando no Departamento de Química, no programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática (PECEM) e no Programa de Mestrado Profissional em Química em Rede Nacional (PROFQUI). Pesquisa na área de ensino de ciências, atuando principalmente nos seguintes temas: Ensino e Aprendizagem em Química; Avaliação e Formação de professores. Atualmente é vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática (PECEM) - (2019 - 2021). Participa no grupo de pesquisa EDUCIM, criado em 2002. É Líder do grupo de Pesquisa - LEPEQ - Laboratório de Ensino e Pesquisa em Educação Química.

ROSANA FIGUEIREDO SALVI. Graduada em Bacharelado e Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/UNESP/Campus de Rio Claro (1987). Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (1992). Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2000). Realizou estágio de pós-doutorado na Faculdade de Ciência e Tecnologia/UNESP/Presidente Prudente. É professora associada da Universidade Estadual de Londrina/UEL, locada no Departamento de Geociências/CCE, onde desenvolve pesquisa sobre: Epistemologia da Geografia; Formação docente; História e Filosofia da Ciência. Lidera o Grupo de Estudo Multidisciplinar dos Processos de Ensino e Aprendizagem - GEMPEA (Diretório de Grupos de Pesquisa CNPq). Na graduação tem experiência na área de Geografia e na Pós-Graduação atua nas áreas de Geografia e Educação Científica, com ênfase na Epistemologia da Geografia, no Movimento CSTA e História e Filosofia da Ciência, nos níveis de mestrado e doutorado.

Recebido: 28 de maio de 2020.

Revisado: 01 de outubro de 2020.

Aceito: 25 de junho de 2020.